

Justiça restaurativa e formação de professores: o que dizem as pesquisas?


AUTORIA

Luciene de Almeida Barros Pinheiro 

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino Tecnológico (PPGET) – Acre. Atualmente, exerce o cargo de Técnica em Assuntos Educacionais (TAE) Pedagoga, no Instituto Federal do Acre (IFAC), campus Rio Branco Baixada do Sol.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6443-3831>

E-mail: luciene.pinheiroifac@gmail.com

Rosa Oliveira Marins Azevedo 

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino Tecnológico do Instituto Federal do Amazonas - IFAM. Atua, principalmente, nos seguintes temas: Formação de Professores, Ensino de Ciências, Estágio Curricular Supervisionado, Educação Científica e Ensino Tecnológico.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8246-8453>

E-mail: rosa.azevedo@ifam.edu.br

Recebido em:

28 nov. 2025

Aprovado em:

30 dez. 2025

DOI: <https://doi.org/10.28998/cdp.v2i1.20340>

Introdução

Nas últimas três décadas, impulsionadas pelas transformações nos meios de comunicação e pelas tecnologias, a sociedade, a escola e o papel do professor passaram por profundas mudanças. Enquanto a educação do século XX priorizava o saber cognitivo e disciplinar, no século XXI essas abordagens entram em tensão com as demandas socioemocionais,

relacionais e culturais dos estudantes. Esse cenário, sem dúvida, "[...] tem obrigado constantemente os professores a apresentarem novas formas de ensinar" (Imbernón, 2011, p. 21).

No que se refere à formação docente, Imbernón (2011) destaca avanços significativos ao longo do século XX, especialmente com a incorporação de conhecimentos sociopsicopedagógicos. Contudo, ainda persistem desafios relacionados à superação de uma formação excessivamente técnica e disciplinar, tanto na formação inicial quanto na continuada. Para o autor, é necessário avançar para perspectivas formativas que considerem as relações entre as pessoas, as emoções, as atitudes, a comunicação, a complexidade do trabalho docente e a comunidade como elemento importante de educação (Imbernón, 2010).

Essa ampliação da concepção de formação contribui para o desenvolvimento de professores reflexivos, críticos e comprometidos com seu contexto, capazes de promover valores como respeito, empatia, tolerância e diálogo — fundamentais para uma sociedade democrática. No entanto, no cotidiano escolar, a violência e os conflitos tornam-se cada vez mais presentes, gerando insegurança e desafios para os docentes, que muitas vezes se sentem despreparados para lidar com situações como brigas entre alunos, desmotivação, inclusão de estudantes com necessidades específicas e outros dilemas da prática pedagógica (Souza, 2019).

Diante desse cenário, emerge a necessidade de pensar em modalidades de formação docente que auxiliem os professores no gerenciamento de conflitos, que podem se manifestar por meio de divergências de opiniões, pontos de vista, valores, necessidades e interesses, podendo ocorrer tanto no âmbito interpessoal quanto no intrapessoal. Nesse contexto, Evans e Vaandering (2018) apresentam a Justiça Restaurativa (JR) como uma abordagem que vai além da resposta punitiva aos conflitos, propondo o fortalecimento das relações e da comunidade escolar por meio do diálogo, da escuta ativa e da responsabilização.

Originada no contexto do sistema prisional como crítica ao modelo retributivo de justiça (Zehr, 2008), a Justiça Restaurativa expandiu-se para o campo educacional. Desde a década de 1990, práticas restaurativas, como os processos circulares, vêm sendo utilizadas em escolas para o fortalecimento da comunidade e a mediação de conflitos (Evans; Vaandering, 2018). Nessa perspectiva, a gestão de conflitos passa a priorizar o diálogo, a reparação de danos e o atendimento às necessidades das pessoas envolvidas (Pranis, 2010).

Diante dessas considerações, este estudo tem como objetivo investigar o que dizem as pesquisas dos últimos dez anos (2015 a 2024) sobre a utilização da Justiça Restaurativa na formação de professores, buscando compreender para quais fins essa abordagem tem sido utilizada no campo educacional.

Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma Revisão Integrativa da Literatura (RI), fundamentada em Oermann e Knafl (2021), contemplando cinco etapas: I) identificação do problema; II) busca bibliográfica; III) avaliação dos dados; IV) análise dos dados; e V) apresentação dos resultados. As buscas foram realizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e na base de dados ERIC. O corpus da pesquisa foi composto por quatro teses, cinco dissertações e quatro artigos, analisados à luz da Análise Textual Discursiva (ATD), que se organiza em três movimentos: unitarização, categorização e comunicação (Moraes, 2003).

A apresentação dos resultados da Revisão Integrativa está organizada em duas seções: a primeira descreve os caminhos metodológicos do estudo; a segunda apresenta a análise e discussão dos dados. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

Os caminhos metodológicos do estudo

Este estudo, de abordagem qualitativa, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica. Essa modalidade de pesquisa analisa produções e estudos científicos de domínio público, tais como periódicos, livros, teses, dissertações e artigos científicos, entre outros (Oliveira, 2014).

A pesquisa bibliográfica sobre determinado tema é essencial no processo de produção do conhecimento, pois permite evidenciar os estudos científicos e a literatura já existente sobre o assunto (Gil, 2002). Existem diferentes formas de conduzir esse tipo de pesquisa, como, por exemplo, a revisão sistemática e a revisão integrativa. Para este estudo, optamos pela Revisão Integrativa da Literatura (RI).

Segundo Oermann e Knafl (2021), a Revisão Integrativa permite identificar, avaliar e sintetizar as evidências disponíveis sobre um determinado tema, possibilitando uma compreensão abrangente do fenômeno investigado, ao integrar tanto a literatura empírica quanto a teórica, incluindo estudos com diferentes percursos metodológicos.

Para a estruturação e o desenvolvimento da revisão, organizamos o protocolo de pesquisa com base em Oermann e Knafl (2021), contemplando cinco etapas: I) identificação do problema; II) busca bibliográfica; III) avaliação dos dados; IV) análise dos dados; e V) apresentação dos resultados. Essas etapas são descritas a seguir.

Na etapa I – identificação do problema – foram definidos a questão e o objetivo do estudo, bem como os elementos de busca aplicados nas bases de dados digitais, a saber: a) *string* ou palavras-chave; b) fontes a serem consultadas; c) período de busca; e d) idioma selecionado. O conjunto desses elementos orientou a definição da amostragem e a condução da busca na literatura.

Para a realização desta Revisão Integrativa, definimos a seguinte questão de pesquisa: o que dizem as pesquisas dos últimos dez anos (2015 a 2024) a respeito da Justiça Restaurativa (JR) na formação de professores? Com o intuito de responder a essa questão, realizou-se uma busca por dissertações e teses em língua portuguesa que abordassem a temática da Justiça Restaurativa na formação de professores, bem como por artigos em língua inglesa, buscando identificar para quais fins a Justiça Restaurativa tem sido utilizada nesse campo.

No que se refere às palavras-chave, selecionamos aquelas mais pertinentes ao tema investigado, considerando “Justiça Restaurativa” e “práticas restaurativas” como o objeto de estudo, e “formação de professores”, “educação” e “ensino” como termos de delimitação do campo da pesquisa. A partir da combinação dessas palavras-chave, foram elaboradas seis *strings*, utilizadas nas bases de dados para a coleta de trabalhos que abordassem a Justiça Restaurativa na formação de professores. As *strings* utilizadas são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - As *strings* utilizadas nas bases de busca

String elaborada	
“Justiça Restaurativa” AND “educação”	“Práticas Restaurativas” AND “educação”
“Justiça Restaurativa” AND “ensino”	“Práticas Restaurativas” AND “ensino”
“Justiça Restaurativa” AND “formação de professores”	“Práticas Restaurativas” AND “formação de professores”

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

As *strings* apresentadas anteriormente foram utilizadas em três bases de dados: o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e a base de dados ERIC (*Education Resources Information Center*).

Na Etapa II – busca bibliográfica – foram definidos os seguintes critérios de inclusão: trabalhos publicados no período delimitado; estudos que abordassem a formação de professores e a Justiça Restaurativa; e trabalhos completos disponíveis na íntegra. Como critérios de exclusão, estabeleceram-se: estudos que não atendessem aos critérios de inclusão e trabalhos duplicados.

Com a definição desses critérios, seguimos com as buscas nas três bases mencionadas. A extração dos dados ocorreu manualmente, por meio do download dos trabalhos selecionados, com o auxílio do gerenciador de referências *Mendeley*.

Os resultados obtidos em cada base de dados, considerando as palavras-chave/*strings* definidas no protocolo de pesquisa, bem como os estudos publicados no período de 2015 a 2024, são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 - Resultados obtidos nas bases de busca

Quadro 2 - Resultados obtidos nas bases de busca			
Nº	Base de busca	Palavras-chave/ Strings	Resultado
1	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)	“Justiça Restaurativa” AND “educação”	94
		“Justiça Restaurativa” AND “ensino”	55
		“Justiça Restaurativa” AND “formação de professores”	30
		“Práticas Restaurativas” AND “educação”	170
		“Práticas Restaurativas” AND “ensino”	162
		“Práticas Restaurativas” AND “formação de professores	41
2	Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)	“Justiça Restaurativa” AND “educação”	64
		“Justiça Restaurativa” AND “ensino”	26
		“Justiça Restaurativa” AND “formação de professores”	06
		“Práticas Restaurativas” AND “educação”	31
		“Práticas Restaurativas” AND “ensino”	07
		“Práticas Restaurativas” AND “formação de professores	03
3	ERIC (Education Resources Information Center)	"Restorative Justice" AND "Education"	26
		"Restorative Justice" AND "Teaching"	06
		"Restorative Justice" AND "Teacher Training"	02
		"Restorative Practices" AND "Education"	48
		"Restorative Practices" AND "Teaching"	11
		"Restorative Practices" AND "Teacher Training"	04
Total			786

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Após a realização das buscas nas bases de dados, conforme apresentado no Quadro 2, foram identificados 786 trabalhos relacionados à temática da pesquisa. Na Etapa III — avaliação dos dados — realizamos a leitura dos títulos e resumos à luz dos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos no protocolo da revisão.

Do total de 786 trabalhos, foram selecionados 13 (treze) estudos, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 - Resultado da seleção dos trabalhos com base nos critérios de inclusão e exclusão

Nº	Base de busca	Títulos dos trabalhos	Autor(a)	Total
1	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)	Saber da não violência na formação docente: processos autocompositivos como mediação às violências no contexto escolar (Tese).	Ferrão, Iara da Silva (2020)	07
		Violência escolar e formação de professores: estratégias de enfrentamento na dimensão educacional (Dissertação).	Freitas, Eveline Rodrigues Araújo Guedes de (2021)	
		Concepções docentes sobre justiça restaurativa e conflitos nas escolas: estudo de caso de um curso de formação continuada (Dissertação).	De Queiroz, Deise Maciel (2019)	
		Violência escolar na perspectiva das professoras participantes dos círculos de construção de paz (Dissertação)	Passeri, Helen Jane (2021)	
		Os desafios na resolução de conflitos no ambiente escolar: uma abordagem sobre as práticas restaurativas na educação (Dissertação)	Souza, Cristiane Vilhena de (2019)	
		As práticas restaurativas na EPT à luz da perspectiva decolonial: um novo paradigma de formação docente (Dissertação)	Amoretti, Magali Elis Pesamosca (2023)	
		Pesquisa-ação e práticas restaurativas para a prevenção da violência escolar: percepções dos professores (Tese)	Stefanini, Jaqueline Rodrigues (2019)	
2	Catálogo de Teses e Dissertações da Capes	História oral de vida de professores: direitos humanos, justiça restaurativa e violência escolar (Tese)	Pereira, Ana Carolina Reis (2018)	02
		Formação de profissionais da educação para resolução de conflitos em escolas públicas (Tese)	Bolzani, Berenice (2022)	
3	ERIC (Education Resources Information Center)	Avaliação do treinamento contínuo em práticas restaurativas (artigo)	Pomar, M. I; Pinya, C. (2020)	04
		Uma abordagem colaborativa para a segurança escolar: fundindo a voz do aluno com a escola. Uso de práticas restaurativas pelo pessoal para uma prevenção eficaz (artigo)	Vincent, CG; Walker, H; Espelage, D; Marquez, B. (2022)	
		Introduzindo Práticas Restaurativas nos Sistemas Multicamadas de Ensino Médio Apoio: sucessos e desafios (artigo)	Vincent, C; Inglês, J; Girvan, E; Van Ryzin, M; Svanks, R; Springer, S; Ivey, A (2021)	
		Usando práticas restaurativas para preparar professores para atender às necessidades de jovens adolescentes (artigo)	Silverman, J; Mee, M (2018)	
Total				13

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Após a extração dos dados, foram identificados 13 (treze) trabalhos, sendo 5 (cinco) dissertações, 4 (quatro) teses e 4 (quatro) artigos, que compõem o corpus desta revisão. Destaca-se que os quatro artigos publicados em língua inglesa foram traduzidos para o português com o auxílio do aplicativo DeepL Tradutor.

A Etapa IV – análise dos dados – foi realizada por meio da Análise Textual Discursiva (ATD), conforme proposta por Moraes (2003), e será apresentada na próxima seção, intitulada “Análise e discussão dos dados”.

Por fim, a Etapa V – apresentação dos resultados – refere-se à sistematização desta Revisão Integrativa, na qual são “[...] apresentados os resultados da revisão com suas conclusões” (Oermann; Knafl, 2021, p. 66).

Análise e discussão dos dados

Com o intuito de investigar o que dizem as pesquisas dos últimos dez anos (2015 a 2024) a respeito da Justiça Restaurativa (JR) na formação de professores, no processo de análise dos 13 estudos que constituem o corpus desta RI, selecionamos os objetivos e os resultados apresentados nos resumos dos respectivos estudos.

Para a análise do corpus constituído, utilizamos o ciclo de análise em três fases — unitarização, categorização e comunicação —, segundo a Análise Textual Discursiva (Moraes, 2003). Esse processo de análise pode ser compreendido

[...] como um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma sequência recursiva de três componentes: desconstrução dos textos do corpus, a unitarização; estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar do novo emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada. (Moraes, 2003, p. 192).

A unitarização foi o momento em que os estudos selecionados foram analisados cuidadosamente. Nessa fase do ciclo, “[...] a análise textual se inicia com a desmontagem de documentos do corpus, procurando-se individualizar nesse processo unidades de significado referentes ao fenômeno sob investigação” (Moraes, 2003, p. 196).

A partir da leitura aprofundada dos resumos e da impregnação dos estudos analisados, do caos estabelecido pela desordem e desconstrução do corpus de análise, surgiram as unidades de significado que possibilitaram novas compreensões sobre o objeto de estudo, conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 – Relação de unidades de significado extraídas do corpus submetido à análise

Estudo	Unidades de significado
Estudo 1 (E1)	1.1 O Círculo de Cultura foi utilizado com objetivo de abordar a compreensão dos professores sobre os conceitos de conflitos e de violência escolar, promovendo reflexões sobre as habilidades direcionadas à gestão construtiva de conflitos e prevenção da violência escolar; 1.2 implementação de mecanismos de enfrentamento da violência escolar; 1.3 é importante destacar o papel da escola no ensino/aprendizagem da transformação positiva do conflito, possibilitando a aprendizagem de formas de resolução não-violentas e, consequentemente, contribuindo para a melhoria das relações humanas.
Estudo 2 (E2)	2.1 a ideia do saber da não violência, como modo de viabilizar uma “formação” de professores contra a barbárie.
Estudo 3 (E3)	3.1 Problemática da violência numa esfera múltipla, com fins educativos, de forma a propiciando à garantia dos direitos humanos; 3.2 processo de enfrentamento da violência escolar; 3.3 a contribuição do Caderno de orientação pedagógica, ressaltamos a possibilidade de debate nos espaços escolares a fim de diminuir estereótipos, conflitos interpessoais e prejuízos nos processos sociais da escola.
Estudo 4 (E4)	4.1 Possíveis mudanças de concepções sobre Justiça Restaurativa e conflitos na escola após a participação em um curso de formação continuada destinado a docentes e gestores escolares. 4.2 Aponta para a importância da reflexão, da escuta, da busca por soluções coletivas e a educação para a convivência. 4.3 as principais mudanças de concepções se deram em relação às formas de enfrentamento e à valoração dos conflitos.
Estudo 5 (E5)	5.1 o impacto da violência escolar no ensino na perspectiva das professoras participantes dos Círculos de Construção de Paz. 5.2 O Círculo de Construção de Paz com possibilidade de utilização em sala de aula pela professora como ação de prevenção à violência.
Estudo 6 (E6)	6.1 Formação Continuada de Profissionais da Educação em Cultura de Paz e Práticas Restaurativa. 6.2 O Núcleo de Práticas Restaurativas vem provocando mudanças significativas nas relações entre os membros da comunidade escolar e reduziu o número de casos de violência no ambiente escolar.
Estudo 7 (E7)	7.1 a perspectiva restaurativa tende a ser uma alternativa possível para decolonizar o ensino e a docência; 7.2 noção de cuidado vinculado às práticas restaurativas.
Estudo 8 (E8)	8.1 a execução do processo restaurativo demanda qualificação profissional, a fim de que seja possível vivenciar os valores da justiça restaurativa no ambiente escolar. 8.2 a inclusão da justiça restaurativa nas escolas foi benéfica por introduzir o diálogo com os alunos
Estudo 9 (E9)	9.1 a formação dos profissionais da educação em técnicas e ferramentas básicas de mediação e de justiça restaurativa, para o tratamento dos conflitos no ambiente escolar. 9.2 identificação de sentimentos e interesses, inversão de papéis, além da empatia, respeito às diferenças e busca por uma solução conjunta.
Estudo 10 (E10)	10.1 ações formativas sobre práticas restaurativas em um grupo de professores que desconheça o tema; 10.2 o papel que desempenha as estratégias formativas na mudança de concepções sobre conflitos
Estudo 11 (E11)	11.1 a formação de professores em práticas restaurativas como uma abordagem que possa abordar algumas dessas barreiras, incluindo culturas anti-deladoras em escolas, a falta de confiança dos alunos nas respostas dos adultos às preocupações identificadas pelos alunos e medidas punitivas climas escolares.
Estudo 12 (E12)	12.1 treinar professores em implementar práticas restaurativas dentro de uma abordagem de vários níveis para apoiar o comportamento do aluno.
Estudo 13 (E13)	13.1 As Práticas Restaurativas (PR) são uma abordagem que está ganhando credibilidade e popularidade como meio de construir relacionamentos em sala de aula. 13.2 refletir continuamente sobre maneiras de preparar nossos futuros professores do ensino médio para criar espaços seguros para o jovem adolescente. 13.3 Aplicação de práticas restaurativas colaborando na construção de relacionamentos.

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Definidas as unidades de significado, passamos para a segunda fase do ciclo da ATD: a categorização, que é um processo de comparação “entre as unidades definidas no processo inicial da análise, levando a agrupamentos de elementos semelhantes. Os conjuntos de elementos de significação próximos constituem as categorias” (Moraes, 2003, p. 197).

Durante o processo de agrupamento de elementos semelhantes entre as unidades de análise, o pesquisador pode construir diferentes níveis de categorias conforme sua compreensão da análise. Para organizá-las, seguimos as denominações iniciais, intermediárias e finais propostas por Moraes (2003). Os estudos que compõem o corpus foram identificados com os seguintes símbolos: E (estudo); número cardinal (referente à sequência de organização dos estudos); e número de identificação das categorias iniciais. Por exemplo, E101. A seguir, apresentamos o Quadro 5, no qual explicitamos os resultados obtidos na fase de categorização.

Quadro 5 - Resultado do processo de Categorização do Corpus da pesquisa

Categorias		
Iniciais	Intermediárias	Finais
Estudo 1 (E1) – 01. Gestão construtiva de conflitos e prevenção da violência escolar; 02. Mecanismo de enfrentamento da violência escolar; Aprendizagem de formas de resolução não-violentas	A resolução de conflito na formação de professores (E103, E201, E1001, E1101, E301, E302, E701, E801)	A Justiça Restaurativa como estratégia metodológica na resolução e prevenção de conflitos no ambiente escolar.
Estudo 2 (E2) – 01. Formação de professores contra a barbárie.		
Estudo 3 (E3) – 01. Problemática da violência numa esfera múltipla; 02. Garantia dos direitos humanos; 03. Estratégia de enfrentamento da violência escolar: contribuições de um Caderno de Orientações Pedagógicas para diminuir os conflitos.	A Justiça Restaurativa como estratégia no enfrentamento e prevenção de conflitos no ambiente escolar (E101, E102, E303, E501, E601, E901).	
Estudo 4 (E4) – 01. A importância da reflexão, da escuta, da busca por soluções coletivas e a educação para a convivência; 02. Justiça Restaurativa e a formação de professores: uma educação para a convivência.	A Justiça Restaurativa como espaço de reflexão, de diálogo, de escuta, de mudanças e de soluções coletivas (E401, E402, E802)	
Estudo 5 (E5) – 01. O Círculo de Construção de Paz como ação de prevenção à violência no ambiente escolar.		
Estudo 6 (E6) – 01. Formação continuada em Cultura de Paz e Práticas Restaurativas: mudanças nas relações e redução da violência escolar.		As Práticas Restaurativas
Estudo 7 (E7) – 01.A Prática Restaurativa como alternativa para decolonizar o ensino e à docência. noção de cuidado vinculado às práticas restaurativas		

Estudo 8 (E8) - 01. Os valores da Justiça Restaurativa no ambiente escolar demanda qualificação profissional; 02. A Justiça Restaurativa na escola promove espaços de diálogos com os alunos.	A Justiça Restaurativa na escola como estratégia na construção de espaços de convivência (E401, E402 E601, E702, E802)	s como espaço de diálogo na formação de professores
Estudo 9 (E9) - 01. Formação continuada dos profissionais da educação sobre práticas restaurativas, para o tratamento dos conflitos de forma conjunta, com base na empatia e no respeito às diferenças.		
Estudo 10 (E10) - 01. Ações formativas sobre Práticas Restaurativas, como estratégia para mudança de concepções dos professores sobre conflito.	Práticas Restaurativas e formação de professores: um outro olhar sobre o conflito.	
Estudo 11 (E11) – 01. Formação de professores em Práticas Restaurativas: superação das barreiras da desconfiança e medidas punitivas no ambiente escolar.	As Práticas Restaurativas na formação de professores, como uma abordagem na construção de relacionamentos.	
Estudo 12 (E12) – 01. Treinar professores em Práticas Restaurativas para apoiar o comportamento do aluno.		
Estudo 13 (E13) – 01. As Práticas Restaurativas como uma abordagem na construção de relacionamentos na sala de aula.		

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Durante o processo de categorização, retornamos repetidas vezes às unidades de análise para aprofundar a compreensão do fenômeno investigado, imergindo nos dados para obter novas percepções. Ao final, definimos duas categorias principais ou finais: (1) a Justiça Restaurativa como estratégia para a prevenção e resolução de conflitos no ambiente escolar e (2) as Práticas Restaurativas como espaço de diálogo na formação de professores.

Essas duas categorias respondem à questão de pesquisa e serão abordadas na seção a seguir, na terceira fase do ciclo da Análise Textual Discursiva (ATD), a comunicação. De acordo com Moraes (2003, p. 208), a fase da comunicação corresponde ao momento de apresentação das novas compreensões construídas durante o processo das duas fases anteriores. Ela se materializa “[...] em forma de metatextos em que os novos insights atingidos são expressos em forma de linguagem e em profundidade e detalhes”.

A Justiça Restaurativa como estratégia metodológica na resolução e prevenção de conflitos no ambiente escolar

Ao buscarmos respostas para a questão de estudo — o que dizem as pesquisas dos últimos dez anos a respeito da Justiça Restaurativa (JR) na formação de professores —, a análise revelou que a JR tem sido promovida nas escolas como uma estratégia metodológica voltada à resolução e à prevenção de conflitos no

ambiente escolar, contribuindo para a formação de professores aptos a atuar na mediação desses conflitos.

A escola, enquanto espaço social marcado pela convivência de sujeitos diversos, com diferentes pensamentos, opiniões e valores, é também um ambiente em que os conflitos se manifestam, muitas vezes por meio de atos de violência entre os distintos segmentos da comunidade escolar — pais, estudantes, professores, equipe gestora e comunidade externa. Trata-se de uma realidade já vivenciada, em maior ou menor grau, por muitos de nós, seja na condição de alunos, profissionais da educação ou familiares.

Quando falamos em violência presente no cotidiano escolar, estamos nos referindo a brigas, agressões verbais, roubos, furtos, indisciplina, violência moral, violência física, violência contra o patrimônio público (violência urbana), discriminação, humilhação, desrespeito, está lista parece não ter fim, infelizmente são atos muitos presentes em nossas escolas (Vieira; Rodrigues, 2020, p. 149).

O cenário de violência nas escolas foi abordado nos treze trabalhos analisados nesta Revisão Integrativa (RI). Esses estudos convergem na compreensão do fenômeno a partir da perspectiva dos sujeitos escolares e propõem estratégias de enfrentamento e prevenção da violência. Além disso, discutem a formação de professores para a mediação de conflitos, fundamentada no diálogo, no respeito e na escuta ativa, destacando a Justiça Restaurativa como um caminho para a construção de uma cultura de paz.

Tal realidade é evidenciada na tese de Stefanini (2019, p. 8), ao afirmar que “[...] a justiça restaurativa é uma estratégia para o enfrentamento da violência escolar, utilizada em diversos ambientes regidos pelas interações sociais, pois possibilita maneiras de resolução de conflitos no ambiente escolar.”

Nesse sentido, compreende-se que a Justiça Restaurativa, no contexto escolar, pode oferecer uma abordagem transformadora para a resolução de conflitos, ao promover o diálogo, a reparação de danos e o atendimento às necessidades dos sujeitos envolvidos. Diferentemente do modelo tradicional, pautado em medidas repressivas e punitivas baseadas no cumprimento de normas, essa abordagem trata os conflitos de forma positiva, buscando soluções colaborativas. Diante disso, torna-se fundamental investir na formação de professores para a mediação de conflitos e o enfrentamento da violência escolar.

Queiroz (2019, p. 6), em sua pesquisa, que buscou investigar as possíveis mudanças de concepções sobre Justiça Restaurativa e conflitos escolares após a participação em um curso de formação continuada destinado a docentes e gestores escolares, aponta que

Muitas vezes compreendidos de maneira negativa nas escolas, os conflitos são enfrentados por meio de práticas pautadas em um conceito de Justiça Retributiva que se traduz em ações repressivas e punitivas. Apresentamos a Justiça Restaurativa como um novo paradigma que

possibilita práticas interventivas dialógicas e democráticas nas escolas, podendo favorecer o desenvolvimento moral dos estudantes.

Após a realização de um curso de formação continuada voltado para professores e gestores sobre a Justiça Restaurativa como um novo paradigma na resolução de conflitos, Queiroz (2019, p. 6) identificou mudanças significativas nas concepções iniciais e finais dos professores sobre justiça.

[...] As principais mudanças de concepção se deram em relação às formas de enfrentamento e à valoração dos conflitos, superando ideias que relacionam conflitos à indisciplina e à violência e apontando para a importância da reflexão, da escuta, da busca por soluções coletivas e a educação para a convivência.

Essas mudanças marcaram a transição da Justiça Retributiva, focada na punição e na restauração da ordem, para a Justiça Restaurativa, que prioriza a reparação de danos e a restauração dos relacionamentos por meio do diálogo (Zehr, 2008).

Além disso, de acordo com Queiroz (2019), foi possível observar uma mudança significativa na postura dos professores em relação à gestão dos conflitos no ambiente escolar. Em vez de recorrerem imediatamente a medidas punitivas, passaram a adotar estratégias que priorizam o entendimento mútuo, a corresponsabilidade e a mediação como formas eficazes de promover um ambiente mais harmônico e cooperativo.

Dessa forma, observamos que a Justiça Restaurativa aliada à formação continuada de professores demonstrou ser um instrumento essencial para a ressignificação das práticas escolares, promovendo uma cultura de paz e fortalecendo a construção de um ambiente educativo mais justo, inclusivo e democrático.

Nessa lógica, a Justiça Restaurativa (JR) tem se manifestado por meio de diferentes práticas restaurativas, espalhando-se pelo mundo, inclusive no Brasil, como afirma Costa (2019, p. 124):

A Justiça Restaurativa se revela através de várias metodologias que vão se espalhando por todo o mundo, inclusive no Brasil, tais como: a conferência de família, a mediação entre vítima e ofensor, o círculo restaurativo. Entre essas práticas, no Brasil, o círculo restaurativo vem se constituindo como a principal, desde a implantação, em 2005, dos três programas-piloto de Justiça Restaurativa no Brasil, capitaneados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em parceria com o Ministério da Justiça.

Como destaca o autor, o círculo restaurativo é uma das práticas mais utilizadas, tanto no âmbito judiciário quanto em contextos como bairros, escolas e locais de trabalho. Embora cada prática tenha sua forma específica de organização, todas são fundamentadas nos valores da Justiça Restaurativa (JR).

Para a implementação e utilização dessas práticas restaurativas nas escolas, os estudos apontam para a necessidade de investir na formação continuada de professores em Justiça Restaurativa, bem como na criação de Núcleos de Práticas Restaurativas. Esses núcleos, compostos por equipes multidisciplinares, atuariam como facilitadores na resolução de conflitos.

Como exemplo, podemos citar Souza (2019) que investigou uma política pública para a resolução de conflitos escolares, desenvolvida pelo Poder Judiciário do Amapá. O estudo analisou a implementação dos Núcleos de Práticas Restaurativas (NPR) e seu impacto na comunidade escolar. Os resultados indicaram mudanças significativas nas relações interpessoais, mas destacaram o desafio de “promover a formação dos profissionais da educação em Cultura de paz e práticas restaurativas.” (Souza, 2019, p. 7).

Outro exemplo relevante é a pesquisa de Amoretti (2023), que buscou compreender as Práticas Restaurativas à luz do pensamento decolonial nos processos de formação continuada de professores e professoras do Instituto Federal Farroupilha (IFFar). Como resultado, a autora concluiu que essas práticas podem contribuir para a decolonização do campo educacional, tradicionalmente marcado pela predominância de características hegemônicas de natureza eurocêntrica e colonial, como a discriminação racial, cultural e de gênero.

Segundo a pesquisadora, as Práticas Restaurativas dão visibilidade às vozes frequentemente marginalizadas nos contextos microssociais dos conflitos. Além disso, a “perspectiva restaurativa tende a ser uma alternativa possível para decolonizar o ensino e a docência.” (Amoretti, 2023, p. 13). Para que isso ocorra, é necessário investir na formação continuada de professores, garantindo condições reais para sua participação efetiva, como tempo, recursos e diálogo.

Quanto a isso, Freitas (2021), ao investigar a violência escolar, desenvolveu, como resultado, um Caderno Temático Pedagógico sobre a Violência Escolar, voltado para professores e alunos em contextos de conflito e violência. O material visa compreender as causas da violência escolar e oferecer estratégias pedagógicas para sua prevenção e manejo, promovendo um ambiente mais seguro e inclusivo.

Nessa mesma linha, Vincent *et al.* (2022, p. 3) propuseram uma abordagem colaborativa para a segurança escolar, que enfatiza a escuta ativa das vozes dos alunos e o treinamento da equipe escolar em práticas restaurativas. Essa perspectiva reforça a importância do diálogo, da mediação de conflitos e da construção de uma cultura de paz nas instituições de ensino. Para tanto, é necessário investimento de tempo e de recursos na formação dos professores, bem como dos demais profissionais que atuam na escola, especialmente no desenvolvimento de práticas de resolução e mediação de conflitos.

Tanto Freitas (2021) quanto Vincent *et al.* (2022) destacam a necessidade de investimento contínuo na formação de professores, capacitando-os para atuar como mediadores de conflitos e agentes de transformação no ambiente escolar. Para que isso se concretize, é essencial que políticas educacionais incentivem a implementação de práticas restaurativas, fornecendo suporte técnico e pedagógico para que os docentes possam incorporá-las de forma efetiva em suas práticas diárias.

Stefanini (2019), com o intuito de promover a compreensão dos professores sobre os conceitos de conflitos e violência escolar, bem como de fomentar reflexões

sobre as habilidades necessárias para a gestão construtiva de conflitos e prevenção da violência escolar, utilizou a técnica do Círculo de Cultura, no modelo dialógico de Paulo Freire, como uma ação educativa em uma perspectiva restaurativa junto a 10 professores do ensino fundamental e médio.

Passeri (2021), por sua vez, utilizou o Círculo de Construção de Paz não para resolver conflitos no contexto escolar, mas para identificar o impacto da violência escolar na perspectiva das professoras participantes dos círculos. Embora o foco do estudo não fosse a formação de professores em práticas restaurativas, essa experiência proporcionou aos docentes envolvidos uma aprendizagem sobre a prevenção da violência. Conforme declarou Passeri (2021, p. 7): “A técnica do Círculo de Construção de Paz utilizada para a coleta de dados foi muito bem aceita pelas professoras, com possibilidade de aplicação em sala de aula como ação de prevenção à violência.”

No estudo acima, verificamos que a prática restaurativa Círculo de Construção de Paz foi utilizada como técnica para verificar o impacto da violência escolar no ensino, na perspectiva das professoras participantes da pesquisa. Embora o foco não tenha sido a formação de professores sobre Justiça Restaurativa (JR), essa experiência proporcionou conhecimento e aprendizado aos professores sobre essa técnica de mediação de conflitos.

A utilização de círculos na escola é uma ferramenta importante para a construção de um ambiente escolar respeitoso e saudável, pois proporciona um espaço de encontro, diálogo, reflexão e participação. Nessa direção, concordamos com Wagner (2018, p. 32) quando afirma que a promoção de diálogos “em cada sistema educacional é uma excelente e essencial ferramenta para a construção de acordos relacionais de convivência no contexto escolar entre crianças e jovens, e entre estes e o corpo docente em geral.”

O Círculo de Construção de Paz é uma prática restaurativa que possibilita a resolução de conflitos por meio do diálogo, da escuta e da ajuda mútua entre as pessoas. “A filosofia dos Círculos reconhece que todos precisam de ajuda e que, ao ajudar os outros, estamos, ao mesmo tempo, ajudando a nós mesmos” (Pranis, 2010, p. 18).

Resolver ou prevenir situações de violência na escola é algo complexo e delicado. A Justiça Restaurativa se apresenta como uma alternativa para a resolução de conflitos no ambiente escolar; contudo, ela não é uma “receita” que pode ser aplicada em qualquer situação de violência, uma vez que:

[...] não existe um recurso simplista para a prevenção da violência escolar, pois cada sociedade possui características e conflitos próprios, sendo necessária uma investigação ampla para saber qual seria a melhor atuação em determinada realidade escolar, na perspectiva de uma abordagem global com implicações na estrutura escolar (Stefanini, 2019, p. 8).

A violência é um fenômeno complexo que deve ser compreendido a partir dos sujeitos envolvidos, considerando seu contexto e lugar de fala. Nesse aspecto, a

perspectiva dialógica e restaurativa, em oposição à abordagem punitiva centrada no agressor, pode representar um caminho promissor.

Nessa perspectiva, a Justiça Restaurativa tem sido utilizada na formação de professores como estratégia metodológica para a prevenção e resolução de conflitos no ambiente escolar, oferecendo às partes envolvidas (agressor e vítima) a oportunidade de resolver o conflito por meio do diálogo, escuta ativa e respeito mútuo, sendo aplicada em práticas como os Círculos de Construção de Paz.

Essa abordagem tem se mostrado eficaz na construção de uma cultura de paz no contexto educacional, tornando essencial o investimento na formação de professores para capacitá-los a atuar como mediadores e a compreender os conflitos de forma restaurativa. Além disso, a Justiça Restaurativa pode contribuir para a reflexão e o fortalecimento das relações entre os membros da comunidade escolar.

A seguir, trataremos de como a Justiça Restaurativa se manifesta como um espaço de diálogo na formação de professores.

As práticas restaurativas como espaço de diálogo na formação de professores

Nesta segunda categoria, observamos nos estudos de Stefanini (2019) que as práticas restaurativas têm proporcionado espaços de diálogo, escuta e reflexão na formação de professores, impactando positivamente as relações entre os membros da comunidade escolar. Esses espaços são entendidos como momentos específicos, reservados e organizados para a resolução dos conflitos vivenciados na escola.

Isso também foi evidenciado na pesquisa de Souza (2019), que investigou o funcionamento de uma política pública voltada para a resolução de conflitos nas escolas, desenvolvida a partir de um projeto do Poder Judiciário do Estado do Amapá, com a implementação dos Núcleos de Práticas Restaurativas (NPR) e como estes afetaram a vida da comunidade escolar. A autora concluiu que "apesar de recém-implantado, o NPR vem provocando mudanças significativas nas relações entre os membros da comunidade escolar" (Souza, 2019, p. 7).

O que seriam essas mudanças significativas nas relações? Considerando que a Justiça Restaurativa tem sido utilizada como metodologia para a resolução de conflitos no ambiente escolar e contribuído para a formação de professores na mediação de conflitos geradores de violência, entendemos que essas mudanças nas relações entre os membros da comunidade escolar ocorrem no âmbito do comportamento, tratamento e comunicação entre esses sujeitos.

As práticas restaurativas nas escolas têm possibilitado diálogos entre os professores e demais membros da comunidade escolar, revelando as razões e os sentimentos obscurecidos pelo conflito e pela violência — como o aluno que agrediu o professor, a ausência da aluna nas aulas, o pai que não comparece às reuniões de pais e mestres — e outras problemáticas que podem gerar conflitos e

que muitas vezes passam despercebidas quando são tratadas de forma disciplinar e punitiva.

Nesse sentido, a utilização de práticas restaurativas nas escolas, como o Círculo de Construção de Paz, tem proporcionado um espaço de diálogo, onde "reúnem-se pessoas que se tratam como iguais e mantêm trocas honestas sobre questões difíceis e experiências dolorosas, num ambiente de respeito e atenção amorosa com todos" (Pranis, 2010, p. 18).

Tais reflexões nos levam a compreender que o diálogo é fundamental para a resolução de conflitos. Contudo, mediar um conflito não é tarefa fácil, mas também não é impossível. Os estudos apresentam as práticas restaurativas como um dos caminhos possíveis para a resolução de conflitos por meio do diálogo. Para isso, é necessário criar um ambiente que favoreça a prática de valores como respeito, empatia, sinceridade, confiança e amor, os quais ajudarão a promover o diálogo entre as pessoas. Uma relação sem diálogo está fadada ao fracasso, e isso não é diferente nas relações construídas no ambiente escolar.

Considerando o conceito de diálogo como "fala alternada entre duas ou mais pessoas; conversação; troca ou discussão de ideias, opiniões" (Ferreira, 2010, p. 252), para que haja diálogo não basta apenas falar. Um outro elemento importante na conversa que estabelecemos com outra pessoa é saber escutar, e não simplesmente ouvir passivamente.

Nos relacionamentos, tendemos a falar mais do que ouvir, priorizando a exposição de nossas opiniões e julgando o outro a partir de nossa perspectiva. No entanto, escutar com empatia, respeito e solidariedade é essencial. Assim, torna-se necessário migrar da arte da retórica para a arte da escuta.

Na sala de aula, por exemplo, o professor fala constantemente para cumprir o currículo, estabelecer disciplina ou chamar a atenção dos alunos. Falamos para eles e, em algumas ocasiões, com eles (Freire, 1996).

Por vezes, sem perceber, oferecemos poucos momentos, espaços e experiências educativas que favoreçam o diálogo entre aluno e professor, baseado na escuta e não apenas na fala. Também temos vivenciado formações de professores centradas na fala para os docentes, fundamentadas em uma perspectiva transmissora de conteúdos, inviabilizando uma formação baseada na escuta, no compartilhamento de experiências e numa aprendizagem reflexiva e colaborativa entre os professores.

O estudo de Stefanini (2019) contribui para essa discussão ao desenvolver uma ação educativa com professores para a prevenção da violência escolar. A proposta foi a criação do Círculo de Cultura, inspirado no modelo dialógico de Paulo Freire, que visou compreender os conceitos de conflito e violência escolar por parte dos professores de uma escola pública de Ribeirão Preto/SP. A ação promoveu reflexões sobre habilidades voltadas à gestão construtiva de conflitos e à prevenção da violência escolar.

Como demonstrado, essa prática restaurativa proporcionou um espaço de diálogo e escuta, favorecendo reflexões conjuntas e trabalho colaborativo entre os professores. A abordagem dos conceitos de conflito e violência escolar foi realizada a partir da realidade vivenciada por eles, levando em conta suas experiências e preocupações.

Nessa direção, para que haja diálogo – seja na relação entre professor e aluno, entre formador e professores, ou em qualquer relação de diálogo que estabelecemos com o outro – precisamos aprender a escutar respeitosamente cada pessoa, considerando suas ideias, valores e conceitos.

Concordamos com Freire (1996, p. 113) quando destaca que “somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele.” A partir desse ponto de vista, o diálogo é estabelecido numa relação dialógica que nos aproxima do outro, com quem falamos e escutamos, contrastando com a concepção de diálogo verticalizado e distante do interlocutor.

Em seu estudo, Silverman e Mee (2018, p. 1) afirmam que “as práticas restaurativas estão ganhando credibilidade e popularidade como um meio de construir relacionamentos em sala de aula e entre colegas.”

A Justiça Restaurativa tem sido utilizada nas escolas não apenas para mediar conflitos, mas também para fortalecer as relações internas. Além disso, sua aplicação tem promovido mudanças no comportamento e nas atitudes de alunos e professores, aprimorando a forma como gerenciam seus conflitos.

Na pesquisa de Bolzani (2022), Formação de profissionais da educação para resolução de conflitos em escolas públicas, que analisou a percepção dos profissionais da educação sobre o uso de ferramentas de mediação e justiça restaurativa para enfrentar a violência escolar, constatou-se que, antes da intervenção, os participantes recorriam ao senso comum para lidar com os conflitos. Após a intervenção, observou-se:

[...] que as estratégias indicadas pelos profissionais traziam as técnicas e ferramentas apresentadas na formação. Foi possível verificar que a escuta ativa passou a fazer parte de seu vocabulário, além de outros recursos que, embora não nomeados, pôde-se identificar, como o rapport, reunião de informações, identificação de sentimentos e interesses, inversão de papéis, além da empatia, respeito às diferenças e busca por uma solução conjunta (Bolzani, 2022, p. 10).

Verificamos que a intervenção realizada provocou mudanças no comportamento dos profissionais da educação no modo como gerenciam as situações de conflito. Eles deixaram de agir com base no senso comum e passaram a atuar com base nos valores que fundamentam a Justiça Restaurativa, como a escuta ativa, a empatia, o respeito e a participação de todos na tomada de decisões (Pranis, 2010).

Evans e Vaandering (2018, p. 6) apontam que, embora a Justiça Restaurativa tenha tido seu foco inicial na disciplina e no comportamento individual, “hoje ficou claro

que não é possível tratar eficazmente a questão da disciplina e dos comportamentos danosos separadamente do contexto de interconexão da comunidade escolar." As autoras ressaltam que o conflito não deve ser analisado isoladamente como um ato de indisciplina, mas sim dentro do contexto das relações estabelecidas.

Ao tratarmos o conflito, é necessário observar, conhecer e compreender as razões e sentimentos envolvidos na situação conflituosa, já que não estamos apenas lidando com o descumprimento de uma regra, mas com relações que foram rompidas ou abaladas, e que precisam ser restauradas e reconectadas.

Nesse sentido, os estudos indicam que as Práticas Restaurativas, enquanto espaço de diálogo na formação de professores, têm gerado um impacto significativo tanto na forma como os docentes passaram a gerenciar os conflitos quanto em seu comportamento e atitudes em relação aos outros (Ferrão, 2020; Queiroz, 2019; Souza, 2019; Pereira, 2018).

Essas práticas promovem uma mudança na cultura escolar, favorecendo a construção de ambientes mais colaborativos e respeitosos. Além disso, contribuem para o desenvolvimento de competências socioemocionais nos professores, permitindo-lhes atuar de maneira mais empática e assertiva na mediação de conflitos. Dessa forma, a Justiça Restaurativa não apenas transforma as relações interpessoais no contexto educacional, mas também fortalece o papel do professor como agente de transformação social.

Considerações finais

Este estudo, conduzido por meio de uma Revisão Integrativa, teve como objetivo investigar o que dizem as pesquisas dos últimos dez anos a respeito da Justiça Restaurativa (JR) na formação de professores. Os resultados indicam que essa abordagem tem sido utilizada tanto como estratégia metodológica para a prevenção e resolução de conflitos no ambiente escolar quanto como um espaço de diálogo na formação de professores, impactando diretamente as relações na comunidade escolar.

A escolha da Revisão Integrativa se deve ao seu rigor metodológico, que inclui um protocolo reprodutível por outros pesquisadores. Além disso, essa metodologia permitiu um planejamento criterioso da pesquisa, com a seleção de estudos baseados em critérios bem definidos.

Os treze estudos analisados contribuíram para a compreensão da Justiça Restaurativa na formação de professores, especialmente na resolução de conflitos e nas relações escolares. No entanto, os achados não esgotam o tema, indicando a necessidade de novas pesquisas sobre práticas restaurativas e formação de professores, com foco na aprendizagem da docência.

Os resultados desta Revisão Integrativa mostram que a Justiça Restaurativa tem sido utilizada como estratégia metodológica para prevenir e resolver conflitos escolares, formando professores para atuarem como mediadores. Essa prática

possibilita que as partes envolvidas – agressor e vítima – solucionem conflitos por meio do diálogo, da escuta e do respeito mútuo, sendo aplicada em formatos como os Círculos de Construção de Paz.

Os estudos reforçam a necessidade de investir na formação de professores e demais profissionais da escola, considerando a complexidade da violência escolar e seu impacto na comunidade. Para isso, a gestão escolar e os sistemas de ensino devem destinar recursos financeiros, humanos e estruturais, além de tempo, para consolidar uma política eficaz de formação docente em Justiça Restaurativa.

Outro ponto relevante é que as práticas restaurativas têm se mostrado espaços de diálogo na formação docente, promovendo a valorização da empatia, da escuta ativa e do respeito nas relações interpessoais. Compreender as necessidades, sentimentos e desafios do outro é essencial para fortalecer as relações no ambiente escolar.

Assim, reconhecemos, pelo que disseram os estudos analisados, que a Justiça Restaurativa tem sido utilizada na formação de professores tanto para colaborar com a mediação de conflitos quanto para criar espaço de diálogo, promovendo relacionamentos saudáveis no ambiente escolar.

Além disso, percebemos que a JR pode se apresentar como abordagem que possibilita a problematização da prática docente, contribuindo para a reflexão sobre o ensino. Mais do que uma abordagem, a Justiça Restaurativa incorpora princípios como responsabilização, conscientização, participação, empoderamento e voluntariedade, os quais enriquecem o processo de aprendizagem da docente.

Referências

Amoretti, M. E. P. *As práticas restaurativas na EPT à luz da perspectiva decolonial: um novo paradigma de formação docente*. 2023. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2023. Disponível em: < <https://l1nq.com/SJoNP> >. Acesso em 10 jun. 2024.

Araújo, A. P. *Justiça Restaurativa na escola: Estado do Conhecimento*. *Revista Educação por Escrito*: PUC, RS, v. 4, n. 1, 2013.

Bolzani, B. *Formação de profissionais da educação para resolução de conflitos em escolas públicas*. 2022. 130f. Tese (Doutorado em Promoção de Saúde). Universidade de Franca, Franca, 2022. Disponível em: < <https://l1nq.com/Z5wz2> >. Acesso em: 14 jun. 2024.

Costa, D. C. A. Indicadores em três dimensões para monitoramento de programa de justiça restaurativa. *Rev. Faculdade Direito Universidade Federal Minas Gerais*, v. 75, p. 119, 2019.

Eller, E. W. *A concepção de mediação de conflitos no ambiente escolar*. 2019. 71 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: < <https://encr.pw/qKMxh> >. Acesso em: 14 jun. 2024.

Evans, K; Vaadering, D. *Justiça restaurativa na educação: promover responsabilidade, cura e esperança nas escolas*. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2018.

Ferrão, I. S. *Saber da não violência na formação docente: processos autocompositivos como mediação às violências no contexto escolar*. 2020. 276 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020. Disponível em: < <https://l1nq.com/lg3Ki> >. Acesso em 10 jun. 2024.

Ferreira, A. B. H. *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

Freire, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Freitas, E. R. A. G. *Violência escolar e formação de professores: estratégias de enfrentamento na dimensão educacional*. 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em formação de professores). Universidade Estadual da Paraíba, Campus I, Campina Grande, 2021. Disponível em: <https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/3816/3/DISSERTACAO_EvelineRodriguesAraujoGuedesdeFreitas_26.10.2021.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Gil, A. C. *Como elaborar projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2010.

Hughes, H. E; Ranschaert, R; Benson, K. L. *Engaged pedagogies in the middle grades: A case study of justice-oriented teachers in COVID times*. Middle Grades Review, v. 9, n. 4, p. 1-12, 2023. Disponível em: <Engaged pedagogies in the middle grades: A case study of justice-oriented teachers in COVID times>. Acesso em: 14 jun. 2024.

Imbernón, F. *Formação permanente do professorado: novas tendências*. Tradução de Sandra Trabucco valenzuela. São Paulo: Cortez, 2009.

Imbernón, F. *Formação continuada de professores*. Tradução Juliana dos Santos Padilha. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Imbernón, F. *Escola, formação de professores e qualidade do ensino*. Tradução de Ricardo Pérez Banega. Pinhais: Melo, 2011.

Kitchenham, B. *Procedures for Performing Systematic Reviews*. Keele: Keele University, 2004.

Moraes, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação*: Bauru, SP, v. 9, n. 2, p. 191-210, 2003.

OLIVEIRA, M. M. de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Oermann, M. H; Knafl, K. A. Strategies for completing a successful integrative review. *Nurse Author & Editor*, v. 31, n. 3-4, p. 65-68, 2021.

Passeri, H. J. P. *Violência escolar na perspectiva das professoras participantes dos Círculos de Construção de Paz*. 2021. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ensino). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu, 2021. Disponível em: < <https://l1nq.com/NK1it>>. Acesso em 14 jun. 2024.

Pereira, A. C. R. *História oral de vida de professores: direitos humanos, justiça restaurativa e violência escolar*. 2018. 342 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <C:\Users\lucie\Downloads\pereira_anacarolinareis_d (1).pdf >. Acesso em: 14 jun. 2024.

Pranis, K. *Processos circulares de construção de paz*. São Paulo: Palas Athena, 2010.

Queiroz, D. M. *Concepções docentes sobre justiça restaurativa e conflitos nas escolas: estudo de caso de um curso de formação continuada*. 2019. 129 f. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista (UNESP), São José do Rio Preto, 2019. Disponível em: <<https://l1nq.com/fAgdf>> Acesso em: 15 jun. 2024.

Souza, C. V. *Os desafios na resolução de conflitos no ambiente escolar: uma abordagem sobre as práticas restaurativas na educação*. 2019. 139 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: < <https://encr.pw/m5Gqx>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Silverman, J; Mee, M. Mee Using Restorative Practices to Prepare Teachers to Meet the Needs of Young Adolescents. *Education Sciences*, 2018, 2-6. Disponível em: < <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1200462.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Stefanini, J. R. *Pesquisa-ação e práticas restaurativas para a prevenção da violência escolar: percepções dos professores*. 2019. 96 f. Tese (Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade

de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: < <https://l1nq.com/IQs03> >. Acesso em: 20 jun. 2024.

Vieira, J. O; Rodrigues, R. Violência Escolar. *Revista de Produção Científica da UNIFACVEST*. Os Vários Olhares da Produção Científica. Lages: Papervest Editora, nº 37, janeiro a junho de 2020, 296p.

Vincent, C. G; English, J; Girvan, E; Van Ryzin, M; Svanks, R; Springer, S; Ivey, A. Introducing restorative practices into high schools' multi-tiered systems of support: successes and challenges. *Contemporary Justice Review*, 24(4), p. 409-435, 2021. Disponível em: <<https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED626778.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

Vincent, C. G; Walker, H; Espelage, D; Marquez, B. A collaborative approach to school safety: Merging student voice with school personnel's use of restorative practices for effective prevention. In T. Landrum, B. Cook, and L. Collins (Eds.) Annual volume of *Advances in Learning and Behavioral Disabilities*. Emerald Publishing. Accepted November, 2022. Disponível em: <<https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED627047.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

Wagner, M. R. A mediação transformativa reflexiva de conflitos como proposta de tratamento do bullying na situação peculiar de vizinhança escolar. *Revista Juventude e Políticas Públicas*, Brasília, v. 2, Edição Especial, p. 14-24, abr. 2018.

Zehr, H. *Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça*. São Paulo: Palas Athena, 2008.

Justiça Restaurativa e formação de professores: o que dizem as pesquisas?

Justicia Restaurativa y formación de docentes: ¿qué dicen las investigaciones?

Restorative Justice and teacher training: what do the last ten years of research tell us?

Resumo	Abstract	Resumen
<p>Este estudo teve como objetivo investigar o que dizem as pesquisas dos últimos dez anos (2015 a 2024) a respeito da Justiça Restaurativa na formação de professores. Utilizou-se a Revisão Integrativa da Literatura como método, recorrendo-se à três bases de dados. Para a análise dos dados, adotou-se a Análise Textual Discursiva, da qual emergiram duas categorias: Justiça Restaurativa como estratégia metodológica para a resolução e prevenção de conflitos no ambiente escolar e Práticas restaurativas como espaços de diálogo na formação de professores. Constatou-se que a JR tem sido utilizada na formação de professores tanto para colaborar com a mediação de conflitos no ambiente escolar quanto para criar espaço de diálogo e escuta entre os professores, contribuindo na promoção de relacionamentos saudáveis no ambiente escolar.</p>	<p>This study aimed to investigate what research from the last ten years (2015 to 2024) says about Restorative Justice in teacher training. An Integrative Literature Review was used as the method, drawing on three databases. Discursive Textual Analysis was used to analyze the data, from which two categories emerged: Restorative Justice as a methodological strategy for conflict resolution and prevention in the school environment, and Restorative Practices as spaces for dialogue in teacher training. It was found that RJ has been used in teacher training both to collaborate with conflict mediation in the school environment and to create space for dialogue and listening among teachers, contributing to the promotion of healthy relationships in the school environment.</p>	<p>El objetivo de este estudio fue investigar lo que dicen las investigaciones de los últimos diez años (2015 a 2024) sobre la justicia restaurativa en la formación de docentes. Se utilizó la Revisión Integrativa de la Literatura como método, recurriendo a tres bases de datos. Para el análisis de los datos, se adoptó el análisis textual discursivo, del que surgieron dos categorías: la justicia restaurativa como estrategia metodológica para la resolución y prevención de conflictos en el entorno escolar y las prácticas restaurativas como espacios de diálogo en la formación del profesorado. Se constató que la JR se ha utilizado en la formación de docentes tanto para colaborar en la mediación de conflictos en el entorno escolar como para crear un espacio de diálogo y escucha entre los docentes, contribuyendo a la promoción de relaciones saludables en el entorno escolar.</p>
<p>Palavras-chave: Justiça Restaurativa. Formação de professores. Revisão Integrativa da Literatura.</p>	<p>Keywords: Restorative Justice. Teacher training. Integrative Literature Review.</p>	<p>Palabras clave: Justicia restaurativa. Formación de docentes. Revisión integrativa de la literatura.</p>